



AGRONEGÓCIO E MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO: A MIGRAÇÃO DE CAMPONESES QUIJINGUEENSES PARA O OESTE DA BAHIA

Jutair da Silva Oliveira ¹
Renato Leone Miranda Lédá ²

RESUMO

A mobilidade espacial da força de trabalho é um fenômeno amplamente estudado e conhecido, sob diferentes aspectos. A presente pesquisa se dedicou a compreender a mobilidade espacial da força de trabalho do município de Quijingue (no nordeste do estado da Bahia, Brasil) para grandes empreendimentos do agronegócio do Oeste baiano. Os camponeses, encontram-se com frequência, no limite entre ficar e partir. Com isso, vê na migração a possibilidade de manutenção de sua condição camponesa. Os achados dessa pesquisa demonstram que os trabalhadores quijingueenses migram por diversos motivos, mas entre estes, quase sempre está a possibilidade de garantir melhores condições para a sobrevivência da família, ampliar sua propriedade, adquirir uma independência financeira, e as razões para partir estão associadas a falta de oportunidade de empregos em Quijingue ou de subsídios por parte do Estado para que esses trabalhadores possam investir em suas terras, e/ou da família. As condições de trabalho encontradas nos grandes empreendimentos do agronegócio nos “Gerais” (domínio do bioma do cerrado no Oeste baiano), nem sempre são as melhores. Os riscos de acidentes de trabalho, intoxicação por agrotóxicos, condições de alojamentos e alimentação que não oferecem segurança aos trabalhadores, além de carga horária excedente, são exemplos do que os quijingueenses precisam enfrentar nessa experiência de mobilidade do trabalho. O desenvolvimento da presente pesquisa esteve pautado nas abordagens qualitativas, a partir de revisão bibliográfica e em entrevistas semiestruturadas. De modo complementar, fez-se levantamento e análise de dados estatísticos referentes aos indicadores sociais e econômicos do município de Quijingue.

Palavras-chave: Mobilidade espacial, Questão agrária, Força de trabalho, Camponeses.

ABSTRACT

The spatial mobility of the labor force is a widely studied and known phenomenon, under different aspects. The present research was dedicated to understanding the spatial mobility of the labor force from the municipality of *Quijingue* (in northeastern Bahia state, Brazil) to large agribusiness enterprises in western Bahia. Peasants often find themselves on the limit between staying and leaving. Thus, they see migration as a possibility to maintain their peasant condition. The findings of this research show that *Quijingue* workers migrate for various reasons, but among these, almost always is the possibility of guaranteeing better conditions for the survival of the family, expanding their property, acquiring financial independence, and the reasons for leaving are associated with the lack of job opportunities in *Quijingue* or subsidies from the State so that these workers can invest in their land and/or that of their family. The working conditions found in large agribusiness enterprises in the "Gerais" (the domain of the *cerrado* (savannah) biome in Western Bahia), are not always the best. The risks of work accidents, intoxication by pesticides, unsafe housing, and food conditions, and excessive workloads are examples of what the *Quijingueenses* (Quijingue people) have to face in this experience of labor mobility. The

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Análise Ambiental e Gestão Sustentável do Território pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB, jutairoliveira27@gmail.com;

² Professor do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus XI, renatolmleda@gmail.com



development of this research was based on qualitative approaches, based on a bibliographic review and semi-structured interviews. In a complementary manner, a survey and analysis of statistical data referring to the social and economic indicators of the municipality of Quijingue were carried out.

Keywords: Spatial mobility, Agrarian question, Labor force, Peasants

INTRODUÇÃO

A mobilidade espacial da força de trabalho de camponeses é um fenômeno amplamente estudado. Especialmente quando falamos da migração de camponeses oriundos de regiões com baixo dinamismo econômico para regiões mais desenvolvidas no espectro capitalista. As razões pelas quais se originam essas migrações são diversas. No entanto, uma das principais e que dão origem a essas partidas é uma estrutura fundiária desigual combinada a situação de vulnerabilidade socioeconômica em que vive uma parcela dessa população. Todavia, mesmo com esses elementos gerais, há também as particularidades inerentes a cada experiência desses trabalhadores e suas famílias que participam nesse movimento migratório.

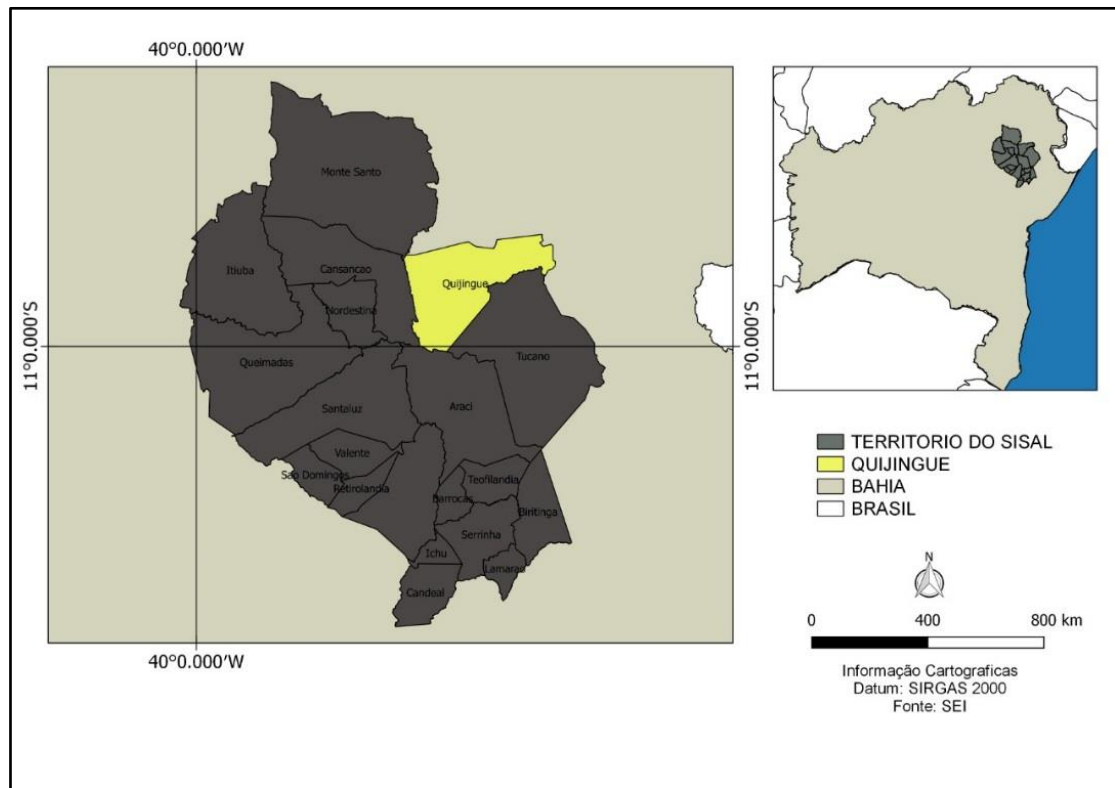
Essa pesquisa é fruto de um Trabalho de conclusão do curso (TCC) de licenciatura em Geografia, pela Universidade do Estado da Bahia, Campus XI – Serrinha, Ba. A referida pesquisa foi apresentada no ano de 2020.

O objetivo norteador desse trabalho foi compreender a mobilidade espacial da força de trabalho de quijingueses (município de Quijingue/BA) para os grandes empreendimentos do agronegócio no Oeste da Bahia.

O fenômeno da mobilidade espacial da população no Brasil é uma temática cara aos nossos dias. Nosso país foi marcado ao longo de sua história e, sobretudo, no último século pelas intensas migrações, seja de maneira permanente ou temporária. Outro elemento a destacar é minha inquietação enquanto pesquisador e sujeito que tem acompanhado de perto esses fluxos migratórios de trabalhadores quijingueses (na figura 01, o mapa de localização do município de Quijingue-Ba) para o Oeste do estado. Portanto, se faz necessário compreender essa realidade em suas diversas nuances, tanto os condicionamentos sociais do fenômeno quanto a experiência vivida dos trabalhadores nesse movimento migratório.



Figura 01: Mapa de localização do município de Quijingue no Território de Identidade do Sisal, Estado da Bahia.



Elaboração: Gineide Lima, 2020.

METODOLOGIA

Esse trabalho se deu no âmbito da pesquisa qualitativa, utilizando procedimentos de revisão bibliográfica, levantamento de dados secundários, entrevistas e aplicação de questionários. Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico, a fim de conhecermos as discussões mais clássicas do tema e também os estudos de caso que se assemelhassem com a nossa pesquisa. Foram também realizadas consultas de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). A coleta dos dados primários foi realizada em duas etapas. Essa estratégia metodológica ocorreu em razão da abrangência da pesquisa. Isto é, não seria possível realizar, nesse primeiro momento, um levantamento com todas as comunidades e povoados no município de origem onde há relatos da migração de camponeses para o Oeste da Bahia. Para isso foram escolhidas quatro comunidades rurais no município. Na primeira etapa, contamos com a colaboração da agente comunitária de saúde que atua nessas comunidades, para aplicação de um questionário com o objetivo de conhecer as características socioeconômicas desses migrantes e suas famílias, como informações a respeito do tamanho da propriedade, a renda familiar entre outras. A



segunda etapa de coleta foi feita diretamente com os camponeses migrantes através de entrevistas. Essas entrevistas ocorreram em sua maioria em Quijingue, e em alguns casos também por meio de aparelho celular para entrevistarmos os trabalhadores que estavam, naquele período, no Oeste da Bahia.

APORTE TEÓRICO

A mobilidade espacial da força de trabalho do sertão nordestino coloca o Nordeste brasileiro historicamente como fornecedor de mão de obra para as regiões mais desenvolvidas do ponto de vista econômico do país. Esse fenômeno é caracterizado por muitos (e até os dias atuais), como sendo uma consequência das estiagens prolongadas típicas de regiões marcadas por climas semiáridos. Todavia, associar as razões que originam a emigração de camponeses apenas à estiagem é simplista e insuficiente para explicar uma dimensão social que é ampla e complexa.

Destaca-se aqui as contribuições de Martins (1986); Germani (2010); Batista (2018); Oliveira (2007) Silva (1999) e outros autores que discutem a mobilidade espacial da força de trabalho de camponeses, sobretudo pela ótica da questão agrária.

O modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro de subsidiar a agricultura moderna, em grande parte destinada a produção de *commodities*, tem insentificado ainda mais os problemas no campo. Esse modelo de desenvolvimento econômico torna mais evidente as assimetrias no campo brasileiro e se distancia cada vez mais da concretização de uma reforma agrária, agravando ainda mais os problemas enfrentado no campo, como o processo de expropriação e as mais diversas formas de violência. Nesse sentido,

[...]cabe dizer que, tal expropriação, culminando com a tomada das terras e destruição de parte do campesinato, não ocorreu, em sua quase totalidade, por intermédio da violência aberta, mas, ao contrário, da *violência escondida e legal*, ou seja, da violência monopolizada pelo Estado [...] (SILVA, 1999, p.25)

Em um cenário onde a concentração de terras é marcante, e as políticas públicas voltadas aos camponeses são incipientes, a migração acaba sendo a única possibilidade para atender as necessidades básicas de subsistência da família e a manutenção da condição camponesa. Portanto,

A necessidade da migração é resultado de que, como camponês, vive no limite da mera subsistência. Fato que se agrava em consequência do cerco que o capital lhe impõe. A deterioração dos preços dos seus excedentes agrícolas lhe é particularmente fatal, pois reduz a sua capacidade de compra dos artigos que complementam a sua subsistência e que não pode produzir diretamente. [...]



esse camponês vive no limite entre o ficar e o partir definitivamente (MARTINS, 1986, p.52/53)

Para Oliveira (2007), a mobilidade espacial de camponeses é inerente ao campesinato no contexto do desenvolvimento capitalista. Pois, se por um lado há a concentração de terras, e esses camponeses precisam migrar, encontrarão em outro lugar, mesmo que longe de suas terras a possibilidade de manutenção de sua condição camponesa.

Um elemento importante para compreender parte da realidade dos migrantes quijinguenses está na presença limitada de políticas públicas de fomento e permanência desses jovens no campo, em contrapartida ao aumento dos subsídios por parte do estado aos grandes empreendimentos do agronegócio no Brasil.

Essa disponibilidade de capitais nas grandes propriedades também é fator de desigualdades nas propriedades camponesas, pois sem o aporte de políticas de crédito e de comercialização, as condições para efetivar sua produção se tornam mais difíceis, o que pode incorrer no abandono da atividade agrícola (BATISTA, 2018, p.73).

Ainda na perspectiva dessa autora, alguns programas sociais como “Luz para Todos”, PRONAF, Bolsa Família, que ocorreram, sobretudo, durante os governos de Lula e Dilma Roussef, não foram suficientes para minimizar problemáticas sociais provocadas pela alta concentração de terras no Brasil, uma vez que não foram políticas estruturais.

Para os trabalhadores quijinguenses as poucas políticas existentes acabam por incentivar a saída. Estamos diante da reprodução de uma estrutura agrária desigual. Enquanto o agronegócio que avança suas fronteiras para as regiões mais interioranas do Brasil, acompanhado da produção de *commodities*, adquire créditos com facilidade junto ao Estado, os camponeses precisam trabalhar em uma propriedade pequena, cujo solo, muitas vezes apresenta várias deficiências físicas e químicas, longos períodos de estiagem e dificuldades ou impossibilidades no acesso a políticas públicas. Para esses jovens o que resta é a partida. Não à toa, os locais de destinos dos camponeses migrantes são justamente por onde avança o agronegócio brasileiro

O modelo de desenvolvimento capitalista e de expansão do agronegócio e dos latifúndios, subsidiado pelo Estado brasileiro, somente reforça as concentrações no campo brasileiro, como afirma Germani,

Com relação à política fundiária, quem vive, estuda e acompanha sua atuação consegue ver a criatividade e os esforços empreendidos, a cada período, para garantir, não o acesso à terra aos grupos sociais demandantes, mas, ao contrário, para garantir a manutenção e o fortalecimento dos grupos que já detém grande parte das terras e de suas alianças com outros setores capitalistas. A despeito do I e II Plano Nacional de Reforma Agrária o que se tem visto são ações pírias que, longe de atender as metas a que se propõem,



confluem em ações que se caracterizam como de contra-reforma agrária. (GERMANI, 2010, p.18)

Esse modelo de desenvolvimento no campo torna o camponês um constante migrante, por diversas razões, seja pela expulsão de suas terras e/ou na busca de manutenção da própria condição camponesa.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES

O município de Quijingue apresenta indicadores de alta vulnerabilidade socioeconômica da população, dados como o Índice de *Gini*, demonstram uma assimetria na distribuição de renda do município. Segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) (2016), o município de Quijingue possui um Índice de *Gini* considerado elevado, que representa uma distribuição desigual da renda no município. Em 2010 esse índice alcançou 0,584, um dos números mais elevados entre os municípios do Território de Identidade (TI) do Sisal, superando inclusive a média do próprio TI, que foi de 0,559. Outro índice que também demonstra essas vulnerabilidades socioeconômicas está nos números elevados de analfabetismo. Em 2010, segundo dados da SEI (2016, p.244), o percentual da população acima de 15 anos e analfabeta era de 33,7%, segunda maior taxa de analfabetismo entre os demais municípios do TI, superando a média do próprio TI que é de 24,8% e, também, a média estadual que é de 16,3%.

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) havia 5.283 famílias beneficiárias do Bolsa Família no mês de setembro de 2020 sendo 15.035 pessoas diretamente beneficiadas pelo Programa. Dentre essas famílias, 83,9 % dos responsáveis familiares (RF) eram do sexo feminino.

Esses índices elevados no que diz respeito a uma distribuição de renda desigual, números elevados de analfabetismo e ainda o grande número de famílias beneficiárias do Bolsa Família (cujas rendas familiares não podem ultrapassar um salário mínimo), estão majoritariamente no espaço rural do município. Segundo o IBGE, no ano de 2010 viviam no campo 5.699 jovens, em uma faixa etária entre 17 e 29 anos incluído homens e mulheres, contra um total de 1541 jovens vivendo no espaço urbano.

O município de Quijingue apresenta uma alta concentração de terras. O grupo de pesquisa GeografAR/UFBA, elaborou um quadro com base nos dados do Censo agropecuário de 2006 que ilustra a realidade da estrutura fundiária de Quijingue. Um indicador importante para compreendermos essa concentração está no índice de *Gini* elevado; 0,722 e acompanha a



média estadual. A tabela completa que apresenta a distribuição de estabelecimentos e a área ocupada pode ser visualizado na figura 02.

Figura 02: Distribuição dos imóveis rurais em Quijingue-Ba

Quijingue - BA	2006	MF ¹ : 50ha	FMP ² : 25ha	IG ³ : 0,722
Grupo de Área	Estabelecimento(Qt)	Área(ha)	Estabelecimento(%)	Área(%)
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	15	0	0,31	0,00
De 0,1 a menos de 0,2 ha	19	3	0,39	0,00
De 0,2 a menos de 0,5 ha	157	56	3,26	0,06
De 0,5 a menos de 1 ha	332	254	6,90	0,26
De 1 a menos de 2 ha	481	707	9,99	0,71
De 2 a menos de 3 ha	315	751	6,54	0,76
De 3 a menos de 4 ha	424	1.395	8,81	1,41
De 4 a menos de 5 ha	270	1.216	5,61	1,23
De 5 a menos de 10 ha	853	6.287	17,72	6,34
De 10 a menos de 20 ha	815	11.744	16,93	11,84
De 20 a menos de 50 ha	719	22.230	14,94	22,41
De 50 a menos de 100 ha	206	13.971	4,28	14,09
De 100 a menos de 200 ha	67	9.345	1,39	9,42
De 200 a menos de 500 ha	40	11.461	0,83	11,56
De 500 a menos de 1000 ha	10	6.815	0,21	6,87
De 1000 a menos de 2500 ha	5	6.412	0,10	6,46
De 2500 ha e mais	1	X	0,02	X
Produtor sem área	84	0	1,75	0,00
Total	4.813	99.180	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2006, Bahia www.ibge.gov.br.

Elaboração: Projeto GeografAR.

Considerando os estabelecimentos até 50ha, que de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) corresponde ao tamanho de um módulo fiscal para Quijingue, teremos 91% dos estabelecimentos que se enquadram nessa classificação, o que representa uma área equivalente apenas a 45% do total de terras no município. No outro extremo temos 8,6% dos estabelecimentos acima de 50ha abarcando 48,5% da área. Esses dados demonstram, portanto, uma alta concentração de terras no município.

Para realizarmos a caracterização dessas comunidades e das famílias ali inseridas conseguimos uma importante parceria com a agente comunitária de saúde³, que nos auxiliou com a aplicação de formulários cujos questionamentos tinham como propósito conhecer a situação socioeconômica da família e as questões envolvendo a migração de alguns de seus membros. As perguntas se referiam a: quantas pessoas residem na casa; se algum membro da família já precisou migrar; a escolaridade; o período que o migrante fica no Oeste da Bahia;

³ A agente comunitária de saúde é ligada a Secretaria Municipal de Saúde do município de Quijingue e tem o papel de acompanhar e monitorar a saúde das famílias através de acompanhamento mensal nas comunidades. Nesse caso, a agente comunitária de saúde que fizemos essa parceria realiza o acompanhamento das comunidades citadas há vários anos, e portanto, tem uma relação próxima com as famílias, facilitando o processo de aplicação dos questionários.



além da fonte de renda da família, se tinha algum estabelecimento agrícola; dentre outros aspectos. A agente de saúde realizou um total de 11 entrevistas, em quatro comunidades.

As 11 (onze) entrevistas realizadas foram com famílias que informaram ter ao menos um membro migrado para o Oeste. As entrevistas foram direcionadas para famílias que a agente comunitária de saúde tinha ciência da existência de algum membro migrando ou que já tivera migrado. Esse critério foi adotado para que a pesquisa não ficasse extensa para nossa colaboradora.

As famílias apresentaram informações relevantes para compreendermos sua realidade. Como por exemplo, sinalizaram desenvolver alguma cultura agrícola em sua propriedade, em especial a plantação de feijão, milho, mandioca, além da criação de ovinos, galinhas, suínos, e dentre estas, apenas uma família desenvolve a pecuária bovina.

Entre os resultados das entrevistas nos chamou atenção alguns indicadores socioeconômicos. Por exemplo, o fato de que 07 das 11 famílias entrevistadas são beneficiários do Programa Bolsa Família (veja no quadro 1 a seguir).

Quadro 1: Perfil socioeconômico das famílias

Famílias entrevistada	Beneficiários do Programa Bolsa Família	Tamanho da Propriedade da família⁴	Número de residentes por família	Renda mensal familiar
Família 01	Não	02 tarefas	02	Um salário mínimo (BPC)
Família 02	Não	30 tarefas	05	Dois salários mínimos
Família 03	Sim	05 tarefas	05	Um salário mínimo
Família 04	Sim	06 tarefas	04	Inferior a salário mínimo
Família 05	Não	50 tarefas	04	Um salário mínimo
Família 06	Não	60 tarefas	04	Um salário mínimo
Família 07	Sim	05 tarefas	05	Inferior a um salário mínimo
Família 08	Sim	02 tarefas	02	Inferior a um salário mínimo
Família 09	Sim	03 tarefas	04	Inferior a um salário mínimo
Família 10	Sim	Não identificado	02	Um salário mínimo
Família 11	Sim	02 tarefas	03	Inferior a um salário mínimo

Fonte: Pesquisa de campo, 2020

⁴ O termo “tarefas”, aqui utilizado se refere a unidade de medida usada pelos agricultores para informar o tamanho da propriedade. No entanto, de acordo com o sistema de informações do ministério da agricultura essa tarefa equivale a 66x66m, correspondendo a 0,44ha.



Realizando uma conversão de tarefas para a unidade de medida hectares, a família que informou ter mais terras (60 tarefas) possui apenas 26,4ha, o que equivale à metade de um módulo fiscal para Quijingue, que é de 50ha. Reforçando assim as discussões feitas até aqui e os dados da figura 02, sobre concentração de terras no município de Quijingue.

A renda mensal das famílias não ultrapassa dois salários mínimos (SM), sendo que apenas a família 02 declarou renda mensal que chega a esse patamar. Por outro lado, são 05 pessoas residentes na casa desta referida família. Mais crítica ainda é a situação de famílias com uma propriedade de até 5 tarefas e com uma renda mensal que não chega a um salário mínimo, como é o caso dos entrevistados 07, 08 e 09 (vide no quadro 01).

Os/as entrevistados/das relatam que o que é produzido nas terras da família não é suficiente para a sobrevivência. Além do Bolsa Família, o tempo em que o pai, esposo ou filho está trabalhando no Oeste é a garantia de dias melhores e um incremento na renda. É o que dizem algumas falas, tais como: “o que a gente ganha no Oeste é para os gastos da família e pro consumo (...) comprar algum objeto para a família, como moto, bicicleta” (Família 08). Para outros entrevistados o trabalho no Oeste representa toda a renda da família, ou a possibilidade de ampliação da propriedade. As idas e vindas para os Gerais pode significar a possibilidade de “fazer a feira, comprar alguns criatórios e para gastar na roça, por exemplo: conserto de cercas e fazer fontes” (Entrevistado 05). Essa última fala reforça as reflexões teóricas desse trabalho, pois para muitos desses camponeses a migração pode ter como retorno a ampliação e manutenção de sua propriedade.

Quando perguntado às famílias qual a principal fonte de renda, houve uma tendência em afirmar que a base financeira advém da migração para o Oeste e do Bolsa Família. Com exceção de dois casos, que são dos entrevistados 01 (cuja renda é oriunda do BPC) e 06 (a aposentadoria dos pais é fonte de renda da casa). Batista (2018) chama atenção ao fato de que, mesmo as famílias sendo beneficiárias de programas sociais, estes não são por si só suficientes para a permanência dos camponeses no campo; a migração surge, então, como uma estratégia de sobrevivência para tantos trabalhadores. Por outro lado, não há como negar a importância desses programas sociais, e tentar retirá-los, como é o desejo de determinados grupos na atual conjuntura política brasileira, seria intensificar a situação de vulnerabilidade socioeconômica desses trabalhadores e dessas famílias entrevistadas.

Do grupo de 11 entrevistados, seis deles tinham algum membro da família trabalhando no Oeste do estado. Essas pessoas são jovens que completaram a maioria recentemente e



também aqueles cuja idade está entre 40 a 50 anos, como pode ser observado no quadro 2 (Indicadores sociais dos migrantes)⁵

Quadro 2 - Aspectos gerais dos migrantes, membros das famílias entrevistadas. Quijingue, zona rural, 2020

	Membros da família que migraram/migram	Quantidades de migrantes	Idade dos migrantes	Escolaridade
Família 01	Esposo	01	28	6º ano
Família 02	Pai, mãe, filhos: dois homens e uma mulher. ¹	05	Pai-50; mãe-45; filhos: 23;21;19	Pai e mãe: analfabetos Dois filhos: 6ºano A filha: ensino médio completo
Família 03	Pai	01	43	4º ano do fundamental
Família 04	Filhos	03	30; 28;22	Ensino médio completo
Família 05	Esposo	01	36	6º ano
Família 06	Filho	01	-----	-----
Família 07	Esposo	01	37	4º ano
Família 08	Esposo	01	-----	-----
Família 09	Pai	01	37	6º ano
Família 10	Esposo	01	-----	-----
Família 11	Pai	01	42	7º ano

Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Além da diversidade entre a idade dos migrantes, deve ser dado um destaque para quem são os sujeitos que migram. No caso dos entrevistados da família 02, todos os membros desta família já migraram, os dois filhos (do sexo masculino) não concluíram o ensino fundamental II.

O discurso de muitos jovens dessas comunidades é chegar aos 18 anos de idade e alcançar sua independência, e com ela, vem logo necessidade de partir em direção ao Oeste, muitas das vezes acompanhando o próprio pai. A escolaridade também é um elemento a ser destacado, entre os pais ou esposo, nenhum chegou a concluir o ensino médio. É uma constatação que representa a realidade de tantos outros camponeses presentes nessas comunidades, que precisaram abandonar os estudos para trabalhar e constituir uma família ou até mesmo ajudar seus pais. Para Martins (1986) a entrada de adolescentes cada vez mais cedo

⁵ A sequência das famílias que se encontram no quadro 02 segue a mesma da que compõe o quadro 01.

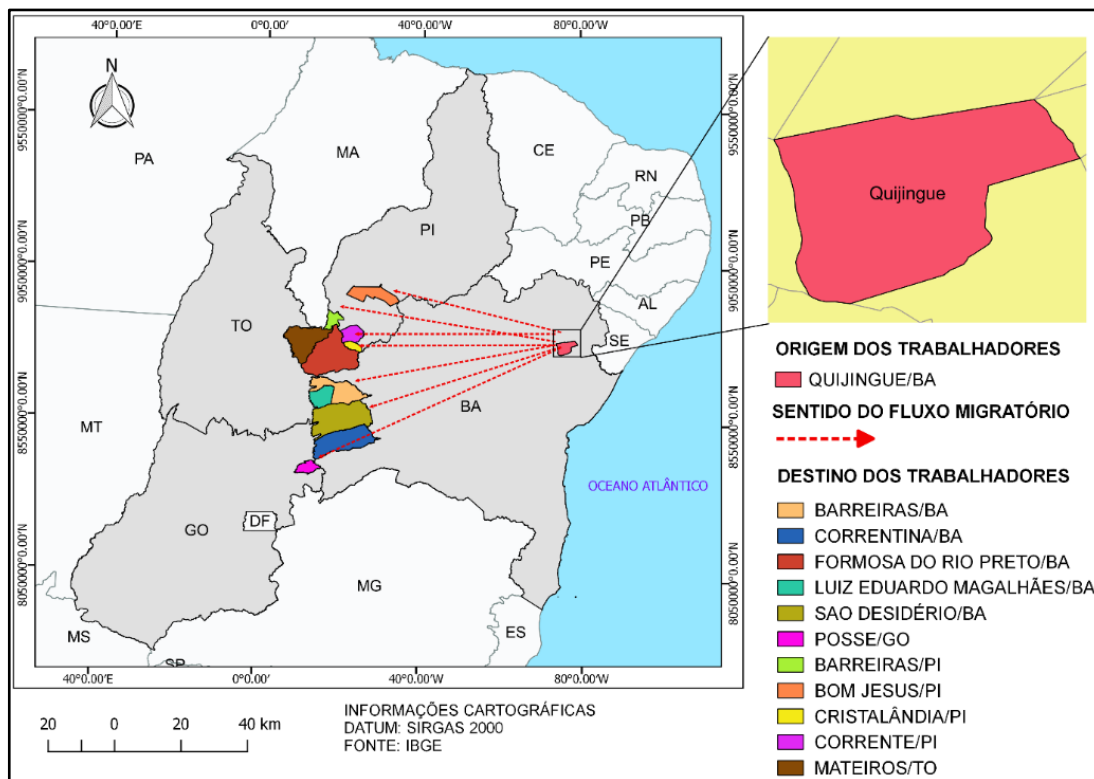


nas atividades agrícolas e conseqüentemente a evasão escolar está relacionada a penetração do capitalismo no espaço rural.

O tempo de permanência desses trabalhadores no Oeste varia de acordo com o calendário agrícola, ou a disponibilidade de trabalho nos grandes empreendimentos do agronegócio. A maioria dos entrevistados sinalizaram uma duração de 03 a 06 meses, que é o tempo do plantio e/ou da colheita.

Os caminhos para o Oeste foram “abertos” pelos quijingenses ainda na década de 1990, por um número restrito de pessoas, afinal, se tratava de algo completamente novo e desconhecido. Segundo o entrevistado 05, o mais velho dos trabalhadores que entrevistamos e um dos primeiros a realizar esse fluxo migratório, tudo começou em 1995. Inicialmente, o destino era o Município de Barreiras, no entanto, nos dias atuais a espacialização da migração desses trabalhadores transcende a divisa estadual e ocorre em diversos municípios da mesorregião Oeste do estado e outros municípios que compõem o recorte territorial denominado MATOPIBA⁶, como pode ser observado na figura 04.

Figura 04: Espacialização das migrações de trabalhadores quijingenses:



Elaboração: Rute Araujo, 2020.

⁶Região de cerrados nas proximidades da divisa entre os quatro estados: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia



A entrevista feita com os sujeitos parceiros dessa pesquisa se deu com 10 entrevistados, todos, do sexo masculino⁷. O perfil desses trabalhadores, com informações sobre escolaridade, idade, estado civil e o número de vezes que realizou esse movimento migratório, estão no quadro 03, a seguir.

Quadro 03: perfil dos trabalhadores quijingenses que migram para o Oeste do estado da Bahia:

Trabalhadores	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Número de filhos	Nº de vezes que migrou.
Entrevistado 01	37 anos	3º ano do ensino fundamental	Solteiro	0	03 vezes
Entrevistado 02	23 anos	7º ano do ensino fundamental	Solteiro	0	04 vezes
Entrevistado 03	31 anos	7º ano do ensino fundamental	Solteiro	0	Acima de 10
Entrevistado 04	33 anos	6º ano do ensino fundamental	Casado	04 filhos	05 vezes
Entrevistado 05	52 anos	Não escolarizado	Casado	04 filhos	Acima de 15 vezes
Entrevistado 06	24 anos	Ensino médio completo	Solteiro	0	Acima de 5 vezes
Entrevistado 07	33 anos	Superior (licenciatura em História)	Solteiro	0	01 vez
Entrevistado 08	37 anos	4º ano do ensino fundamental	Casado	03 filhos	04 vezes
Entrevistado 09	35 anos	5º ano do ensino fundamental	Casado	01 filho	Reside em F.R.P
Entrevistado 10	21 anos	7º ano do ensino fundamental	Solteiro	0	03 vezes

Fonte: pesquisa de campo, 2020.

As entrevistas foram norteadas por um questionário contendo 13 questões, além de outros pontos que foram discutidos à medida que a entrevista ocorria.

Há algumas características entre os trabalhadores que migram para o Oeste que nos chamam atenção. A faixa etária da maioria dos entrevistados varia entre 20 a 37 anos, com exceção do entrevistado 05. Do total de entrevistados, seis deles informaram que migraram para o Oeste pela primeira vez logo que completaram a maioridade (18 anos). São jovens e adultos, do sexo masculino, que apresentam baixos níveis de escolaridade, com exceção apenas do entrevistado 06 que concluiu o ensino médio e o entrevistado 07 que cursou o ensino superior, os demais não concluíram o ensino fundamental II. Não necessariamente eles abandonam os estudos para migrar em direção ao Oeste, na maioria dos casos, a evasão acontece bem mais

⁷ Temos conhecimento de mulheres que também realizam essa migração para o Oeste, mas não foi possível encontra-las em Quijingue durante o processo de entrevistas.



cedo, ainda na adolescência. Evadem à escola por uma série de motivações: a necessidade de ajudar os pais e conseguir uma independência financeira; o fato de não ver no processo de escolarização perspectiva para uma vida melhor; em outros casos, constituem famílias ao final da adolescência e precisam assumir diversas responsabilidades.

As condições de trabalho são um dos problemas enfrentado pelos camponeses quijingenses nos grandes empreendimentos do agronegócio. Em muitos dos casos eles relataram acidentes de trabalho, intoxicação por agrotóxicos, alimentação inadequada, além de carga horária que excede as 8 horas diárias.

A expropriação da força de trabalho é uma realidade entre os camponeses quijingenses que buscam melhores condições de vida no cerrado baiano. A carga horaria que excede o que determina a lei, trabalhos em feriados, são alguns dos exemplos das condições já enfrentadas pelos entrevistados. É o que afirma, por exemplo, o entrevistado 04: “Às vezes a gente passava das 8h porque a gente trabalhava por empreita; por hectares.” Para o entrevistado 07, a extrapolação da carga horária diária ocorria porque ele desenvolvia a função de almoxarifado da fazenda, e essa carga horária excessiva foi um dos motivos que o fez retornar a Quijingue com dois meses de serviço. Segundo o mesmo,

A carga horária era puxada pelo que era pago. Ultrapassava as 8h diárias. E outra coisa: mesmo depois que encerrava o horário do expediente, na minha função, eu teria que tá pronto para atender(...) Quando havia necessidade de atender o pessoal da fazenda, aqueles que trabalhavam no período noturno (...) precisava por exemplo, de combustível ou EPI's, tinha que pegar no almoxarifado e eu tinha que ir lá atender, já fui acordado até meia noite para atender e sem receber hora extra (ENTREVISTADO 07).

As duas falas representam parte das condições de trabalho das quais os camponeses quijingenses precisaram/precisam submeter-se ao longo dessas duas décadas de migração. Alguns dos nossos entrevistados que ainda se encontram no Oeste, informam que a empresa cumpre com a carga horária diária e com outras leis trabalhistas. Por outro lado, há relatos de péssimas condições de trabalho, casos de acidentes, inclusive com agrotóxicos, além de péssimas condições de alojamento e alimentação.

Vejamos a seguir alguns dos problemas apresentados pelos nossos entrevistados. O primeiro deles refere-se a uma das propriedades com trabalhadores quijingenses que apresentava irregularidades. É o que nos conta o entrevistado 09 (encarregado/empreiteiro):

[...] eu passei a trabalhar só fazendo empreita e trazendo gente, aí foi dando certo, outras vez desincerto. Como por exemplo no Sul do Piauí, lá em Bom Jesus, eu tava com um grupo de 15 pessoas e lá eles foram pegos pelo ministério, ai eles tavam ilegal. Não tinham alojamento suficiente, não tinham fichaço, ai o ministério público pegou, ai isto gerou uma multa ai num termo que (...) chegou a fechar a fazenda. E é assim que funciona as coisas aqui. E é

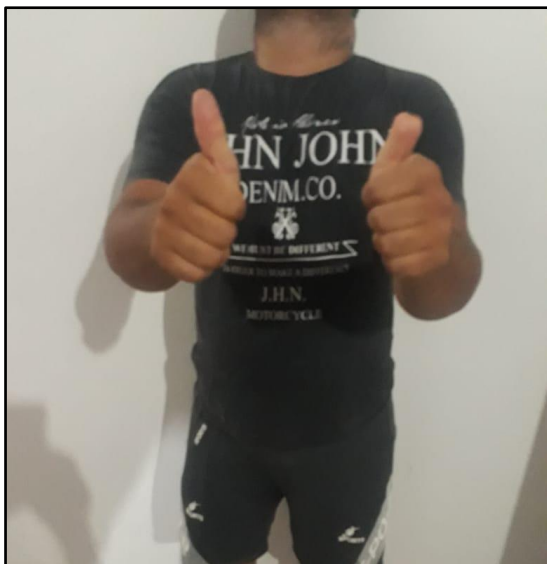


assim os trabalhos aqui, é desse jeito. Uns trabalha em cima da lei e outros não, funciona dessa forma.

A fala do entrevistado reforça a percepção de uma realidade constante em nosso país. A presença de péssimas condições de trabalho ou trabalho análogo a escravidão que ainda se verifica nessas grandes propriedades rurais, especialmente aquelas que ficam mais isoladas. Segundo dados do Ministério do Trabalho⁸, o setor rural é responsável por mais da metade das autuações na lista de empresas flagradas com trabalho análogo a escravidão. O fato mencionado pelo entrevistado 09 ocorreu no ano de 2012 e a propriedade em questão era do grupo Golin agronegócio.

Acidentes de trabalho e contato com agrotóxicos também fazem parte da realidade dos trabalhadores quijingenses nos Gerais. É o que informa o entrevistado 02: “Acidente de trabalho já tive. Torei um taquinho do dedo né? (Risos). O acidente foi na grade do caminhão. Prensou. Tava fazendo o carregamento do caminhão.” O dedo que teve sua parte decepada foi o polegar direito do entrevistado. Segundo o mesmo, a fazenda arcou com as despesas médicas e uma indenização, “coisinha pouca”, afirma. Veja na imagem abaixo como ficou o dedo do nosso entrevistado:

Figura 11: Acidente de trabalho ocorrido com trabalhador quijingenses



Fotos: entrevistado 02, 2020.

Nossos entrevistados também relataram saber de outros casos de trabalhadores quijingenses que tiveram ferimentos profundos nas mãos ao manusear equipamentos

⁸ A lista das empresas autuadas pelo ministério do trabalho pode ser encontrada no endereço: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/10/lista-suja-aumenta-e-ja-sao-187-empresas-autuadas-por-trabalho-escravo>



agrícolas. Já outros relataram contato com agrotóxicos. É o que afirma o entrevistado 06: “Primeira vez que viajei fui trabalhar com dosagem de veneno, não gostei muito (...) Cara, é muito arriscado. Tive um acidente com veneno, só fiquei 17 dias.” Nosso entrevistado contou que não fazia uso dos EPIs e que ao manusear esses agrotóxicos uma quantidade respingou em parte do seu rosto. Segundo o mesmo teve dores de cabeça por alguns dias e muita dor no olho. No entanto nenhuma providencia médica foi tomada, não foi feito nenhum exame que pudesse medir a gravidade dessa contaminação para a saúde do trabalhador, tampouco foi levado ao atendimento médico.

Os riscos pelo contato com esses produtos químicos não estão apenas para aqueles que manuseiam diretamente os produtos. É o que podemos perceber com a fala dos entrevistados 08 e 07, respectivamente:

Jogavam sim. No cultivo do algodão eles jogavam o veneno que era pra matar as pragas(...) ai eles davam 24 horas pra gente não trabalhar naquela área. Eu conheci gente que teve problema com o veneno. Mas não era conhecido meu.

Carga horária é a principal, mas também questão de segurança, principalmente o pessoal que trabalhava com agrotóxicos. Não seguia à risca os equipamentos de proteção. A fazenda fazia uso de produtos contrabandeados. Chegava lá (...) inclusive, os caminhões que levavam esses produtos (agrotóxicos) levavam outras coisas para a fazenda também. Teve um dia mesmo que veio no mesmo caminhão baú, veio veneno junto com a carne. Eu fiquei apavorado! Porque, carne (...), por mais que viesse embalado (...) pô, mas tava no mesmo caminhão. O veneno na frente e os alimentos atrás. Nada haver!

As falas dos dois entrevistados apresentam uma das faces do agronegócio no Oeste da Bahia e também no Brasil. O uso de agrotóxicos nessas propriedades ocorre, quase sempre, de forma indiscriminada e sem uma fiscalização séria dos órgãos competentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para os grandes empreendimentos do agronegócio, nesse caso, os do Oeste da Bahia, é viável essa mão de obra que vem de longe, sem rumo, sem muita perspectiva, apenas desejando vender sua força de trabalho, sem as devidas preocupações com os direitos trabalhistas. São sujeitos que, em sua maioria, desconhecem parte das leis trabalhistas, desconhecem os riscos de trabalhar em contato direto com o uso de diversos produtos químicos, como os agrotóxicos. São trabalhadores que enfrentam diversos problemas, tais como alojamentos que não oferecem segurança, uma alimentação cuja qualidade não é boa, carga horária que excede as 8h diárias e que, em muitos dos casos, não recebem suas horas extras. Trata-se também de uma mão de obra sem qualificação profissional e para a qual, portanto, os gigantes do agronegócio conseguem ditar suas regras. Os camponeses quijunguenses ficam vulneráveis a uma série de



questões ao migrar, sobretudo vulnerável aos acidentes de trabalho e a contaminação por agrotóxicos. A decisão de partir nunca é fácil. Por mais que para muitos o trabalho nos Gerais seja uma maneira viável de conseguir aquilo que a família necessita.

Os problemas enfrentados pelos migrantes quijinguenses nessas grandes propriedades demonstram uma das facetas do agronegócio e da dita agricultura moderna. O descaso com alimentação, frente a um trabalho árduo e intenso, representa um crescimento econômico de caráter capitalista que adentra ao espaço rural brasileiro. Ainda assim, diante de inúmeras problemáticas, migrar é uma estratégia identificada pelos trabalhadores, para assegurar a reprodução das condições materiais de existência da família, uma vez que o Estado dá as costas a essa massa de camponeses que não encontra apoio em políticas públicas efetivas para investir em suas pequenas propriedades.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Marize Damiana Moura Batista e. **A QUESTÃO AGRÁRIA MOVENDO A MIGRAÇÃO DE JOVENS NO/DO EM IRARÁ (BA): Uma análise socioespacial**. Salvador, 2018. p. 396. Tese de doutorado, UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador, 2018.

GERMANI, Guiomar I. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C. e SILVA, O. A. (Org.). **(GEO)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana (BA): UEFS Editora, 2010, v., p. 269-304.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro, 2010 e 2011.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1981. martins, 1995.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Perfil dos Territórios de Identidade, Salvador**, 2016. 3 v. p. 259.

SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Perfil dos Territórios de Identidade**, Salvador: 2018. 3 v. p. 252.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999